

A voz do outro: a diferença da linguagem, a linguagem da diferença

*Francisco Ferreira de Lima**

Em seu último romance, Umberto Eco faz uma divertida revisão da tradição medieval: liderado por Baudolino, personagem que dá nome à narrativa, um esquisito grupo de amigos¹ viaja por terras do sem fim à cata de um Preste João por eles mesmos inventado, com o fim exclusivo de entregar-lhe o Graal – outra de suas invenções. Firmemente convencido da realidade de sua própria criação, como a reafirmar o verso lapidar de Pessoa, *o mito é o nada que é tudo*, não importando se criado por outro ou se por nós próprios, o grupo enfrenta vicissitudes as mais diversas para fazer chegar o segundo ao primeiro.

A viagem é, pois, pretexto para fazer desfilarem ante o desabrido riso do leitor o arsenal de imagens – algumas delas já lugares-comuns em seu próprio tempo – fixado pelas práticas (e teorias) medievais que firmaram por séculos e séculos a definição dos limites físicos e simbólicos do mundo. Desse modo, entre ciápodas, sátiros, cinocéfalos e unicórnios, sem falar nos pássaros roq, o transporte aéreo da época, movem-se Baudolino e companheiros de aventura.

Bem à maneira de Eco, porém, as peripécias do grupo são marcadas por intermináveis discussões semio-epistemológicas, nas quais, a depender da circunstância, podem ser abordadas desde o fazer poético até a distância em que, em determinado momento, esses viajantes se encontram do paraíso terreal; do papel das Cruzadas à importância da contribuição da cultura oriental para o Ocidente. De todas elas, pelo menos na perspectiva deste texto, umas das mais interessantes

* Doutor em literatura portuguesa, professor titular dessa matéria na Universidade Estadual de Feira de Santana e autor, dentre outros, de *O outro livro das maravilhas* - a peregrinação de Fernão Mendes Pinto.

¹ Além de Baudolino, que se faz acompanhar por outros italianos de menor importância, formam o grupo um judeu, um francês, um alemão, um bizantino e um armênio.

é a relativa ao encontro com o Outro civilizacional, dentre eles os engraçados monstros já referidos, alguns dos quais mais humanos que os humanos.

Avulta nessa discussão o aspecto que me interessa mais de perto: o problema da linguagem (desse Outro, claro) e sua imensa capacidade para produzir incompreensão, quando, a bem da felicidade humana, deveria ser o contrário. Tal inversão, contudo, tem sua fonte facilmente localizada por um destacado membro do grupo, Rabbi Salomon, para quem a Babel dos seus tempos – e de todos os tempos - resulta da mixórdia entre ignorância e heresia:

Muitos povos crêem que a língua de Adão seja a sua, esquecendo que Adão só podia falar a língua da Torá, não a dos livros que falam de deuses falsos e mentirosos. As setenta e duas línguas nascidas após a confusão, ignoram letras fundamentais: por exemplo, os gentios não conhecem a Het e o as árabes ignoram a Peh, e por isso essas línguas mais se parecem com o grunhido dos porcos, com o coaxar das rãs, ou com o grito das gruas, porque são próprias dos povos que abandonaram a maneira justa de viver.

É verdade que tais palavras são ditas por uma personagem de ficção, mas bem poderiam ter sido expressas por uma autoridade da época. Ou melhor, para ser mais preciso, deveria dizer que, nesse caso, tais palavras *só* podem ter sido ditas por uma personagem de ficção, *porque* foram antes tidas como verdades definitivas pelas autoridades da época. Que para isto também serve a ficção, malgrado aqueles que duvidam da eficácia de seu discurso: rerepresentar certas “verdades definitivas”, pondo-as agora em seu devido lugar, vingando-se e vingando-nos a nós dos poderosos, pois nos faz rir do que antes fazia chorar.

E muito choro causou a diversidade lingüística – pois não é outro o fenômeno que ganhou o nome de Babel na tradição cristã - desde que dela se tomou conhecimento. Em quase todas as culturas de que se tem registro, a língua só é instrumento de comunicação entre os homens porque antes é instrumento de Deus, seja qual for o Seu nome, através do qual Ele constrói o mundo e faz falar Seu povo escolhido. Assim, não é apenas para o Deus dos judeus que “no começo era o Verbo”. De modo semelhante, para os Vedas, “no começo era Brama e com ele estava a palavra”. E é assim também na tradição islâmica, de acordo com a qual a palavra de Deus é a palavra instauradora, cuja revelação só pode ser acedida em árabe. Daí, por exemplo, a inutilidade de um mulçumano ler o Corão em outra língua que não ela, dado que esta, como crê a personagem de Eco, só pode produzir “livros que falam de deuses falsos e

mentirosos”. E é assim ainda em muitas outras culturas, que não vou sumarizar por falta de tempo e espaço.

Mas como se pode observar por esse pequeno sumário, a língua, como querem essas mitologias, supõe unidade primordial entre vontades do criador e desejos da criatura. Só é possível entender o Verbo de Deus se se tratar de um de Seus escolhidos – escolha que se revela (e “revelar” é aqui utilizado em seu sentido primeiro) na língua que estes falam. Para tais falantes, nomes e coisas não guardam qualquer distância entre si; ao contrário, formam uma totalidade homogênea, imune a toda forma de fissura: o nome é a coisa, a coisa é o nome. Eleita a comunidade de falantes, esta pode se estender para além dos humanos, passando a incluir até mesmo os animais, como se dava, por exemplo, no Éden, onde Adão conversava tranqüilamente com os bichos, que são todos, bichos e homens, eleitos de Deus.

E não haverá de causar estranhamento o fato de não existir impedimentos nesse processo comunicativo. Operando no mesmo diapasão, expectativa divina e desejo humano eliminam a necessidade de atribuição de sentido às coisas do mundo, que perdem de todo o seu caráter de enigma, ainda que este seja claro, pois tudo está previamente definido.

Como, evidentemente, a comunidade escolhida por Deus não pode abranger toda a humanidade, dela estará excluída aquela parte que não fala a Sua língua, o que a situará numa escala inferior aos animais. Afinal, que outro lugar haveria para humanos incapazes de ouvir e entender a palavra de Deus senão a companhia daqueles animais também por Ele rejeitados?

Abandonados a si próprios, esses excluídos, tais quais os herdeiros de Adão, haverão de suar para realizar a tarefa ingente de relacionar coisa e nome, a fim de alcançar o seu significado. Estar no mundo para eles implica, antes de qualquer coisa, penoso trabalho de investimento simbólico, o qual bem poderia ter o seu fundamento reduzido à idéia de que viver é decifrar, pois o mundo se lhes apresenta, em seus aspectos mais prosaicos, como uma emaranhada floresta de símbolos, preñe de enigmas obscuros, a desafiá-los de modo permanente. Dada a sua precariedade, uma vez que atribuir Significado (com maiúscula) é tarefa exclusiva de Deus, essa empreitada ganha contorno semelhante àquela praticada por Sísifo, pois quanto mais se decifra, mais há por decifrar. E assim, por mais que suem, estarão condenados a ter tão-somente uma pálida imagem do mundo, a qual, quando aproximada daquela outra de origem divina, revelar-se-á num amontoado de sons desentoados, mais próximo, bem o diz Salomon, do grunhido dos animais (rejeitados), do que da fala dos homens (de Deus).

Tais convicções marcaram tanto a antiguidade clássica – é bom recordar que “bárbaro” em grego significa “estrangeiro”, isto é, estranho à cultura, portanto, estranho à língua – como a idade média. Mas a idade moderna, com as

viagens ultramarinas, que defrontaram uma alteridade radical e irreduzível, manifestada em muitos discursos, como a nudez, por exemplo, mas, sobretudo, numa infinidade de línguas, repôs tais idéias na ordem do dia.

Somou a elas, contudo, que os tempos pediam explicações para além daquelas de carácter transcendental, a idéia de língua nacional, resultado imediato da solidificação dos estados europeus, que necessitavam antes de tudo de uma língua própria e exclusiva para caracterizarem-se a si como tais.

Mas tal exclusividade deve ser tomada em acepção bastante particular, uma vez que para aspirar essa condição contava, basicamente, sua filiação ao que se poderia chamar de “tradição gramatical”, a qual fincava raízes na antiguidade clássica e estabelecia uma hierarquia na confusão produzida pelo surgimento de tantas novas maneiras de falar, todas elas aspirando à condição de língua oficial. Para legitimar-se como tal, era preciso “provar” origens. E a prova definitiva era a semelhança entre a nova língua e a língua-mãe. O resto era “fala tosca” dos velhos e novos bárbaros.

No caso de Portugal, que é o que me interessa mais de perto, a tarefa de encontrar tais semelhanças, fixando-as em modelos teóricos e estéticos, exigiu o esforço de todos os homens de letras da época, que nela se lançaram com arrojo. O comparar-se o português com o latim ganha, assim, contornos de verdadeira obsessão. Ao longo do século XVI, então, quando o pequeno reino se transforma em grande império, raro é o artista ou o intelectual que a ele – o comparar-se, entenda-se – não se refira de modo orgulhoso. Camões, para ficarmos com o mais ilustre representante desses tempos, foi só um deles. Sua *Vênus* não se alia aos intrépidos nautas portugueses contra as maldades de Baco apenas por uma questão de justiça. Ela assim o faz porque é

Afeiçoada à gente Lusitana,
 Por quantas qualidades via nela
 Da antiga, tão amada sua, Romana;
 Nos fortes corações, na grande estrela,
 Que mostraram na terra Tingitana,
 E na língua, na qual, quando imagina,
 Com pouca corrupção crê que é a Latina.

Estabelecidas, pois, as evidências da legitimidade desses romanos dos novos tempos, estavam prontas as bases para – tal qual fizeram os velhos – impor a superioridade da língua portuguesa aos bárbaros de todos os quadrantes do orbe.

E os viajantes funcionam como pontas de lança desse processo. Para eles, seja qual for a língua encontrada, ela se caracterizará sempre como algo ininteligível, não somente pela dificuldade de ser por eles compreendida, mas pela incapacidade

a ela inerente de fazer-se compreender. O problema não é de quem ouve, mas de quem fala, dada a precariedade de seu código. E assim a mera diferença da linguagem produz a linguagem da diferença – o que autorizará muita ações contra a fala do outro, dentre elas, a mais violenta de todas, sua erradicação.

Vou-me limitar a ilustrar a exposição com três viajantes. E começo pelo meu predileto, Fernão Mendes Pinto, misto de Marco Pólo e Mandeville, para quem viver e viajar são coisas semelhantes, marcado que é por um insaciável desejo de ver.

Ei-lo, pois, em viagem a remotas paragens chinesas, em busca de uma gente estranha, segundo ele, “a mais fora de toda a razão que quantas ategora se tem descoberto”:

E indo nòs assi a vella & a remo ao lōgo da terra (...), vimos vir por detras de hua ponta que a terra fazia, um moço sem barba (...), o Similau mostrandolhe hua peça de tafetà verde, a q disse q eraõ muyto inclinados, lhe preguntou por acenos se a queria comprar, a q elle chegando bem a nós respondeo com hua falla muyto desentoadada, quiteu paraõ fau fau, porem não se soube o que queria dizer, porq nenhum de quantos hião nas embarcações sabia falar nem entender aquella lingoagem. E somente por acenos trataua o Similau a mercancia do que lhe mostraua. E mandandolhe Antonio de Faria dar obra de tres ou quatro couados de tafetà da peça que lhe tinhaõ mostrado, & seis porcellanas, ele tomou tudo com muyto alvoroço, & disse, pur pacam pochy pilaca hunangue doreu, as quais palauras tambem se não entenderaõ, o moço se mostrou muyto contente co que lhe tinhaõ dado, & acenou com a mão para donde tinha vindo, & deixando ahy as vaccas se foy correndo para dentro do mato (...). Depois de passado pouco mais de hum quarto de hora, tornou a vir com hum veado viuo ás costas, & em sua companhia treze pessoas, oito homes & cinco molheres, com tres vacas atadas por cordas, & bailando todos ao som de hum atabaque em que de quando em quando dauão cinco pancadas, & dando outras tantas palmadas com as mãos, dezião alto & muyto desentoadado, cur cur hinau falem (...). Todas estas pessoas assi machos como femeas (...) eraõ de gestos grosseyros, & robustos, tinhaõ os beiços grossos, os narizes baixos e aparrados, as ventãs grandes, & são algu tanto disformes na grandeza do corpo (...), entendo q he gente muyto rustica & agreste & a mais fora de toda a razão q quantas ategora se tem descoberto, nem nas nossas conquistas, nem em

outras nenhuas. Antonio de Faria lhes mādou dar tres corjas de porcellanas, & hua peça de tafetà verde, & hum cesto de pimenta, & elles se arremessaraõ todos no chão, & cõ as mãos ambas leuantadas, & os punhos cerrados disseraõ, vumguahileu oponguapau lapaõ lapaõ lapaõ, das quais palauras se insirio q deviã de ser de agradecimento, segundo os meneyos cõ q as disseraõ, porq tres vezes se arremessaraõ no chão. E dãdonos elles as tres vacas & o veado, & hua grãde soma de celcas, tornaraõ a dizer todos juntos cõ voz alta & desentoadada outras muytas palauras a seu modo, q me não lembraõ, mas q tambem se não entederaõ; & depois de estarmos fallãdo por acenos cõ elles mais de tres horas, pasmados nõs de os vermos a elles, & elles de nos verem a nõs, se tornaraõ a meter no mato dõde tinhaõ vindo, huiuando ao som das cinco pancadas do atabaque, & saltando de quãdo em quãdo como q hiã cõtentes co q leuauaõ. (MENDES PINTO, 1983: 207-8).

Não estivesse tão determinado a marcar a linguagem da diferença, nosso pasmado narrador bem poderia ter redigido um libelo a favor da idéia de que, independente da linguagem que se fala, é sempre possível o entendimento entre os homens – mesmo quando o interlocutor só rapidamente pareça pertencer à espécie humana, como é o caso dessa, segundo ele, gente desarrazoada.

Com efeito, o que avulta do seu texto é exatamente o contrário do que se esforça por provar: a impossibilidade de comunicar-se em função do “desentoadado” da linguagem desse Outro estranho. Apesar disso, o que se tem de fato é uma longa “conversa” por acenos (e a expressão utilizada é exatamente “falar por acenos”), cuja duração excedeu às três horas, tornando evidente o fato de que a diferença da linguagem não é empecilho para estabelecer-se um processo comunicativo, bastando para tanto utilizar-se um código alternativo, embora precário, mas produtivo.

E, mais ainda, no plano mesmo da linguagem, tem-se, de uma parte, uma “transcrição fonética” daquela fala, a mostrar que o narrador é capaz de distinguir seus componentes fonológicos, o que o autoriza a tratá-la como linguagem articulada. E tal tratamento é tão evidente que lhe permite, a partir da associação das duas falas, concluir que certas palavras eram de agradecimento. Ou seja, tal associação de linguagens possibilita não só a compreensão mútua imediata entre falantes tão diferentes como ainda fornece elementos para construir-se inferências, legítimas, a partir de determinados indícios.

Ora – há que perguntar – se é assim, por que esse narrador tão deslumbrado com as novidades do mundo é incapaz de perceber a riqueza comunicativa desse encontro, preferindo marcar o que o distancia dessa gente, ao invés daquilo que os aproxima? A resposta é simples: o viajante – como qualquer de nós outros – não vê apenas com os olhos, mas com um conjunto de conceitos – aqueles conceitos que compõem o universo de crenças e convicções no qual está inserido. O de Mendes Pinto é o do Portugal renascentista, extasiado ante o fato de não haver barreiras à sua curiosidade, que não há canto do mundo onde não possa ir. E se mais longe não vai não é por causa de seu limite, mas dos limites mesmos do mundo, porque, como dirá Camões no verso que traduz essa euforia, *e se mais mundo houvera lá chegara*, para, numa via de mão dupla, levar a palavra de Deus e trazer riquezas ao ousado, mas pobre reino.

Marcado pela euforia do descobrir, e por esses dois outros propósitos, Mendes Pinto viaja em busca desses estranhos mundos novos. Não necessariamente para compreendê-los, quase nunca, aliás, para compreendê-los, senão para, gozar o efeito primeiro da estranheza, o pasmo, de um lado, e apontar os caminhos para organizar a posse – de almas e especiarias, de outro.

Uma ligeira digressão para um pouco de teoria.

O pasmo, a que se refere Mendes Pinto, é o resultado da opacidade radical da estranheza, que a situa fora de qualquer possibilidade de enquadramento, uma vez que os modelos de análise do real com os quais está habituado o viajante não cabem nela – por excessiva, esta; por inadequados e insuficientes, aqueles. Tais excesso, inadequação e insuficiência produzem uma espécie de desconexão entre o que o olho vê e o aparelho mental, uma vez que este se encontra momentaneamente impossibilitado de realizar seu trabalho básico, o de decodificar as imagens enviadas pelo olhar – embaralhados que estão seus mecanismos produtores de conexões.

Fugidamente desconectado daquele aparelho, o olhar se deleita, extasiado – ou melhor, para ser fiel ao narrador – *pasmado* ante o que vê, pura festa para os olhos. Acossado, contudo, pela necessidade de julgar, a qual, ainda que sob o cerco do baralhamento, nunca dá trégua, ele rapidamente a ela cede espaço. A festa para os olhos transforma-se então em manancial para julgamento.

Julgamento precário e sumário sempre, é bem de ver, pois esse *novo*, estranho e excessivo, só pode ser apreendido se revestido e travestido de *velho*. Assim a análise apontará para os elementos diferentes daqueles do mundo físico e simbólico do viajante; e, porque diferentes, e apenas por isso, (quase sempre) inferiores.

É o que se dá com Mendes Pinto, ao afirmar que seus interlocutores *uivavam* ao se despedirem, rebaixando-os na escala de inferiorização, aproximando-os dos animais.

Homens eram, ele bem o mostra: além da comunicação efetivamente realizada, as medidas tomadas os reduzem, altos que sejam, ao tamanho dos humanos. Mas é como se não o fossem, que no imaginário (os modelos inadequados e insuficientes de que falei há pouco) daquele viajante não cabem homens assim. Mas cabem – e confortavelmente – como semi-homens, a marcar a distância entre uns e outros na cadeia evolutiva: homens-homens/homens-animais, os quais a Europa de há muito sonhava encontrar, pois de há muito acreditava em sua existência, como de modo divertido mostra Eco, ainda que não existissem. E a separá-los em fosso imenso a diferença da linguagem: a dos primeiros, a linguagem toada, que carrega em sua definição de mundo a palavra verdadeira e única de Deus; a dos segundos, portadora de todas as patranhas da gentildade, e, por isso, bem merecidamente, um amontoado desentoado de sons, mais apropriado a animais.

Essa maneira de ver a língua do outro é regra geral entre os viajantes daqueles tempos – e de todos os tempos, acrescentemos. Situação semelhante, pois, encontramos na carta de Pero Vaz de Caminha. Apesar de a “fala por acenos”, como a chamou Mendes Pinto, estabelecer comunicação efetiva desde o primeiro contato, deixando o leitor impressionado com a facilidade e rapidez através das quais o entendimento mútuo se estabelece, o que se tem a esse respeito é a opinião contrária do escrivão, que a certa altura registra entre o resignado e o aborrecido: *ali por então não houve mais fala nem entendimento com eles, por a barbaria ser tamanha, que se não entendia nem ouvia ninguém*. Continuássemos todavia a ler a carta e já na linha seguinte perceberíamos a inexatidão das palavras de seu autor, pois ali diz que *acenamoss-lhes que se fossem; assim o fizeram e passaram além do rio*. Isso para ficarmos com um único exemplo, que muitos outros poderiam ser arrolados.

A que *entendimento*, afinal, se refere Caminha se entendimento efetivo há, não obstante o caráter inaugural do encontro, quando mesmo os acenos poderiam não ser interpretados corretamente? A resposta é a mesma que se deu em relação a Mendes Pinto. Com um acréscimo, todavia: todo agente imperial sonha encontrar uma interlocução realizada na sua fala, posto que esta, como já se disse, é a única possível de veicular e estabelecer a definição verdadeira do mundo. Daí a impaciência aborrecida de Caminha com a dimensão da barbaria. É que ela o obriga a um árduo trabalho de ressignificação do mundo, tarefa por ele considerada de antemão inútil, visto que esses novos significados são pura falsidade. E não se pode aceitar tal inversão, qual seja, a de a falsidade impor-se ao verdadeiro.

E daí também (da dimensão da barbaria, bem entendido) as estratégias lingüísticas do Império para impor sua fala e uniformizar o mundo – fantasia que todos eles, sejam eles qual forem, em todos os tempos, se esforçam por transformar em realidade, através de métodos que vão da persuasão à violência escancarada. Porque não se trata apenas de ensinar uma nova língua, senão de

imprimir, através dela, um modo novo de conceber o mundo, de maneira a não deixar vestígio dos anteriores.

Mas é tarefa, já se vê, nunca bem-sucedida completamente, pois o bárbaro, domesticado que seja, nunca será um igual do agente do Império, pois há algo nele que o faz congenitamente inferior, limitação que o impedirá para sempre de aceder às grandes verdades do Império, uma vez que estas são, antes de qualquer outra coisa, construção de linguagem, concebida a partir de seus elementos fonético-fonológicos. Gabriel Soares de Sousa, outro dos meus prediletos, é quem o aponta de modo exemplar:

Ainda que os tupinambás se dividiram em bandos, e se inimizaram uns com os outros, todos falam uma língua que é quase geral pela costa do Brasil, e todos têm uns costumes em seu modo de viver e gentilidades; os quais não adoram nenhuma coisa, nem têm nenhum conhecimento da verdade, nem sabem mais que há morrer e viver; e qualquer coisa que lhes digam, se lhes mete na cabeça, e são mais bárbaros que quantas criaturas Deus criou. Tem muita graça quando falam, mormente as mulheres; são mui compendiosas na forma da linguagem, e muito copiosos no seu orar; mas faltam-lhes três letras das do ABC, que são *F*, *L*, *R* grande ou dobrado, coisa muito para se notar; porque, se não tem *F* é porque não têm fé em nenhuma coisa que adorem; nem os nascidos entre os cristãos e doutrinados pelos padres da Companhia tem fé em Deus Nosso Senhor, nem têm verdade, nem lealdade a pessoa nenhuma que lhes faça bem. E se não têm *L* na sua pronúnciação, é porque não têm lei alguma que guardar, nem preceitos para se governarem; e cada um faz a lei a seu modo, e ao som da sua vontade; sem haver entre eles leis com que se governem, nem têm leis uns com os outros. E se não têm esta letra *R* na sua pronúnciação, é porque não tem rei que os reja, e a quem obedeçam, nem obedecem a ninguém, nem ao pai o filho, nem o filho ao pai, e cada um vive ao som de sua vontade; para dizerem Francisco dizem Pancico, para dizerem Lourenço dizem Rorenço, para dizerem Rodrigo dizem Rodigo; e por este modo pronunciam todos os vocábulos em que entram essas três letras.

Desprovidos desses três sons – sabemo-lo todos hoje –, os tupinambá não podem experimentar os conceitos de fé, de lei e de rei em português, apenas. Que esses conceitos podem ser experimentados em toda e qualquer língua, tenha ou

deixe de ter tais ou quais sons. Mas tal conclusão não serviria a Soares de Sousa, nem a Caminha, nem a Mendes Pinto, pois, para eles, sua pátria é, literalmente, sua língua, fora da quais, língua e pátria, não há nenhuma possibilidade de salvação.

E com Gabriel Soares de Sousa, foneticista pioneiro, fecho o círculo iniciado com a fala da personagem de Eco, promovendo o reencontro da ficção com o real, sem saber direito onde uma começa e o outro termina – mistério que talvez exista apenas para não ser resolvido.

Bibliografia

- CAMÕES, Luiz de (1572/1978). *Os lusíadas*. Porto, Porto Editora (edição de Emanuel Paulo Ramos).
- CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain (1990). *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- GNERRE, Maurizio (1998). *Linguagem, escrita e poder*. 4ed., São Paulo, Martins Fontes.
- LIMA, Francisco Ferreira de (1998). *O outro livro das maravilhas*. Rio de Janeiro/Salvador, Relume Dumará/Funceb.
- PEREIRA, Paulo Roberto (Org.) (1999). *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro, Lacerda Editores.
- PINTO, Fernão Mendes (1614/1983). *Peregrinação*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda (edição de Adolfo Casais Monteiro).
- SOUSA, Gabriel Soares de (1851/1987). *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo, Companhia Editora Nacional (edição de Francisco Adolfo de Varnhagen).

Resumo

No processo de dominação do Outro, a língua desempenha papel fundamental. Sendo inferior o outro, inferior será também a sua língua. No que se refere, em particular aos viajantes portugueses do século XVI não foi diferente: a língua dos nativos por onde esses navegadores passaram era sempre tratada como um “tosco” instrumento, incapaz, portanto, de produzir conceitos abstratos como o de Deus, pelo quê, deveriam ser substituídas.

Palavras-chave: Literatura de viagens; alteridade; diferença.

Abstract

The language fulfills a fundamental role in the process of dominating the Other. Once the other being inferior, either inferior will be it's language. Concerning the portuguese travellers of the sixteen's century it wasn't different: native's language crossed by those travellers was always treated like a "rough" instrument, unable, therefore, to produce abstract concepts like the God one, for what it should be replaced.

Key-words: Travel's literature; otherness; difference.